uma expressiva adesão da comunidade local. Essa iniciativa em defesa da água, cuja sede original fica em Brasília, vem se espalhando por território nacional. Uma das atividades básicas que podem ser desenvolvidas pelos centros de referência é a coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de informações sobre recursos hídricos. O monitoramento da qualidade de água, ações em regime de mutirão para o plantio de matas ciliares, debates públicos sobre a situação dos rios tornam os centros uma força viva da sociedade. Contribuições críticas para a elaboração de uma política estadual de recursos hídricos podem derivar deste trabalho, especialmente em estados como o Rio de Janeiro, que ainda não dispõe de uma lei estadual. O Crea-RJ, enquanto centro de referência, vem empenhado-se na discussão de projeto de lei para o Rio de Janeiro, havendo reunido em seminário realizado em outubro de 1997 valiosas contribuições e críticas a projetos já existentes, como o da Secretaria de Meio Ambiente.

À medida que os centros congreguem representantes do movimento ambientalista, de movimentos sociais, das populações tradicionais (pescadores, agricultores locais) e do poder público, poderão ser recolhidos e divulgados dados sobre a situação dos cursos d'água, dos mananciais, das lagoas falando de suas origens, seus usos, da qualidade de suas águas. É uma forma embrionária de alimentar e fortalecer um Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos, previsto na Lei 9.433/97, enraizando-o na sociedade. Tal rede de informações teria por princípio a plena acessibilidade dos dados e favoreceria a educação sobre a água e o deslanchar de campanhas públicas (exemplo: Minuto da Água) de disseminação entre a população de conhecimentos sobre os benefícios do uso racional da água e de seus direitos como usuária pagadora.

Presidente do Crea-RJ.

Bahia: irrigando para o futuro

PEDRO BARBOSA DE DEUS

OPINIÃO

A implantação de novas áreas irrigadas no estado está sendo possível graças ao Plano Estadual de Irrigação, que identificou terras irrigáveis no território baiano em torno de 1,6 milhão de hectares. Deste total, 170.200ha estão em produção; 82 mil hectares com projetos em implantação; 825 mil com áreas de estudos em diferentes níveis de detalhamento e os outros 522.800 com áreas identificadas com trabalhos de reconhecimento preliminar.

A irrigação na Bahia, no período de 1995/97, evoluiu de 150 mil para 170.200ha, incremento que incluiu recursos públicos e privados da ordem de R$240 milhões. Até o final do ano, estima-se a implantação de mais 54 mil hectares de área irrigada, demandando recursos de R$540 milhões.

Esse incremento está vinculado principalmente à conclusão dos projetos Formoso A e H (médio São Francisco), Barreiras (Oeste) e Estreito IV da Codevasf (Serra Geral); implantação dos projetos Paulo Afonso, Curral Novo e Jacuípe, pelo governo estadual, e da cafeicultura irrigada, nas regiões de Barreiras e Chapada Diamantina, pela iniciativa privada.

A implantação de novas áreas irrigadas no estado está sendo possível graças ao Plano Estadual de Irrigação, que identificou terras irrigáveis no território baiano em torno de 1,6 milhão de hectares. Desses total, 170.200ha estão em produção; 82 mil hectares com projetos em implantação; 825 mil com áreas de estudos em diferentes níveis de detalhamento e os outros 522.800 com áreas identificadas com trabalhos de reconhecimento preliminar.

A Bahia tem grande disponibilidade de solo, água e clima, que oferecem as melhores condições

Secretário da Agricultura do Estado da Bahia

Dentro das atividades do Programa Plurianual de Irrigação está prevista na Bahia, até dezembro de 1998, a aplicação de R$45,8 milhões distribuídos entre estudos, projetos, obras em andamento e a serem iniciadas; levantamento de solo para irrigação de 55.500ha; elaboração de projetos básicos de 2.758ha e implantação de 6.166ha irrigados.

de desenvolvimento da agricultura irrigada, quer pelos ganhos de produtividade e qualidades dos produtos, quer pela geração de empregos permanentes, diretamente veiculados à produção agrícola e aos serviços de apoio.

Os principais investimentos têm se verificado no campo da fruticultura, apresentando condições propícias ao desenvolvimento econômico de quase todas as frutas comerciais. As principais explorações voltam-se para o cultivo de abacaxi, banana, coco, laranja, limão, goiaba, manga, maracujá, melancia, melão e uva. Outra alternativa emergente é o café irrigado.

A Secretaria da Agricultura está implementando o Programa Plurianual de Irrigação 1995/98, integrado com outros projetos ligados ao segmento de recursos hídricos e que compõem o Programa Sertão Forte – a principal prioridade do governo estadual para o semi-árido baiano.

O Programa de Irrigação do estado vem desenvolvendo estudos de pré-viabilidade, viabilidade econômica e projeto básico em áreas com solos que apresentam características favoráveis ao desenvolvimento da agricultura irrigada.

Esses estudos estão possibilitando a implantação, no semi-árido, de três novos projetos de irrigação – Curral Novo, Paulo Afonso e Jacuípe. Juntos, totalizam um área de aproximadamente 2 mil hectares e ficam localizados, respectivamente, nos municípios de Jequié, Paulo Afonso e Várzea da Roça.

Estes novos projetos contam com financiamento de US$13,3 milhões do Banco Bilbao Viscaya, da Espanha, através de contrato firmado entre o estado da Bahia e o governo espanhol. O Banco Mundial também assegurou o repasse de US$20 milhões para o Projeto Ponto Novo, que prevê a irrigação de uma área de 4,2 mil hectares.

Ênfase especial está sendo dada à região do Paraguaçu, com a intensificação dos trabalhos do Projeto de Argoim, que poderá irrigar 6 mil hectares. Esse projeto tem uma importância estratégica significativa para o abastecimento das regiões metropolitanas de Salvador e Feira de Santana.

Dentro das atividades do Programa Plurianual de Irrigação está prevista, até dezembro de 1998, a aplicação de R$45,8 milhões distribuídos entre estudos, projetos, obras em andamento e a serem iniciadas; levantamento de solo para irrigação de 55.500ha; elaboração de projetos básicos de 2.758ha e implantação de 6.166ha irrigados.

O governo baiano começou a trabalhar de forma sistematizada para a escolha de áreas a serem prioritariamente estudadas em todo o seu território. Alguns projetos já vinham sendo implementados dentro do programa de apoio do pequeno produtor (PAAP) a exemplo de Tatauí, no município de Sobradinho; de Pascoal Limoeiro e Itapera, no município de Sento Sé.

Pelos critérios definidos no Programa Sertão Forte, principalmente aqueles que priorizam os investimentos para a elevação da oferta da água (construção de barragens e perfurações de poços), o Programa Plurianual de Irrigação definiu algumas prioridades: apoiar com investimentos em infra-estrutura (transporte, energia, comunicação, saúde, educação) os projetos públicos federais desenvolvidos pelo DNOCS e Cedevasf; estudar a viabilidade, elaborar projetos básicos e implantar obras de irrigação executadas diretamente pelo Estado; atrair investimentos privados para a agricultura irrigada, especialmente nos segmentos da fruticultura, horticultura e cafeicultura, bem como realizar trabalhos de parceria com associações, cooperativas de produtores rurais e prefeituras municipais.

O governo baiano tem empreendido um grande esforço para que sejam concluídas as obras dos projetos de irrigação ligados ao governo federal situados na Bahia. Entre esses projetos destacam-se o de Formoso, em Bom Jesus da Lapa; Estreito IV, em Urandi e Sebastião Laranjeiras; Brumado, em Livramento de Nossa Senhora, e o de Barreiras, nos municípios de Barreiras e Riachão das Neves.

A Bahia também tem pleiteado o início da implantação dos projetos Salitre, que deverá incorporar mais 26 mil hectares irrigados ao Pólo de Juazeiro e Baixo de Irecê (municípios de Itaquaçu da Bahia, Xique Xique, Sento Sé e Jussara), que deverá ser o maior do gênero na região, englobando uma área de 57 mil hectares. Ambos os projetos deverão ter uma importância enorme na produção de frutas, principalmente voltadas para à exportação. O projeto Iuiu, entre os municípios de Iuiu e Malhada, também integra a pauta de irrigação do governo federal.

O governo federal tem enfatizado a opção de se irrigar o semi-árido do Nordeste. Deste modo, a agricultura irrigada na região está entre os 40 projetos selecionados no Programa Brasil em Ação. O Ministério da Agricultura elegeu a hortifruticultura irrigada no semi-árido como uma das atividades de maior competitividade da agricultura brasileira, pelas possibilidades de oferecer aos mercados internos e externos produtos de alta qualidade, principalmente no segmento de frutas tropicais.

As articulações institucionais promovidas pelo estado, no cenário internacional, também têm possibilitado uma abertura comercial muito intensa para o futuro, em especial nos mercados da Europa e do Mercosul.